

**ANAIS**

**X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo  
Contemporâneo  
IX Colóquio Nacional Cultura e Poder  
VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos  
sobre Religiões e Religiosidades  
V Simpósio Regional da ABHR/Sul**

**Laboratório de  
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

**Universidade Estadual de Londrina (UEL)**

**2023**

**GT - 10: Memórias, Arquivos das ditaduras e pensamento  
social-político religioso**

---

## FORMAÇÃO DA UFSC E INSTAURAÇÃO DE UM SISTEMA COLABORATIVO COM A DITADURA CIVIL-MILITAR

Ana Luiza Soares Zanetti (CFH - UFSC) <sup>1</sup>  
Arthur Will Tocchetto de Oliveira (CFH - UFSC) <sup>2</sup>  
Thomé Martins Figueira (CFH - UFSC) <sup>3</sup>

PAG

**Resumo:** A partir do trabalho realizado no Acervo do Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC, que consistiu em medidas de preservação, digitalização e divulgação dos documentos do referido Acervo, decidimos desenvolver uma pesquisa a respeito da formação do Campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina durante a ditadura civil-militar no Brasil, bem como a atuação do reitor João David Ferreira Lima, no momento em que foi instaurada dentro da Universidade a “Comissão Especial de Inquérito Instaurada”, como parte do Ato Institucional nº 1. Neste sentido, pretendemos investigar de que maneira a Universidade utilizava de seus instrumentos institucionais para colaborar com o regime militar em contato com o Departamento de Ordem Política e Social e com o Serviço Nacional de Informações, para observar, interrogar e caçar docentes e discentes que apresentassem práticas consideradas subversivas ou “comunistas”. A pesquisa está sendo desenvolvida a partir do estudo dos documentos tratados no Acervo a respeito dos temas supracitados e da repressão no interior da Universidade. Como base da análise desenvolvida, utilizamos o Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da UFSC (2018). Como resultado, buscamos contribuir para a construção da memória comum a respeito das violações de Direitos Humanos na Universidade durante a Ditadura Militar.

**Palavras-Chaves:** Ditadura. Direitos Humanos. Repressão. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

### INTRODUÇÃO

Logo após a instauração do golpe, a partir da instauração do Ato Institucional nº 1 (AI-1), mais de 4.800 pessoas foram lesadas com prisões, mandatos cassados, perda de direitos políticos e aposentadorias forçadas (Oliveira, 2018, p. 81). As Universidades brasileiras de imediato sofreram com intervenções autoritárias, em uma tarefa de expurgar a esquerda e os ditos atos subversivos. Em Santa Catarina, nos primeiros dias do regime militar, após uma invasão na sede da União Catarinense dos Estudantes (UCE), foram presos o presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina (FEUSC) e o presidente da UCE. Segundo depoimento prestado por Rogério Queiroz para a Comissão Memória e Verdade da

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, filiada e bolsista de extensão do Instituto Memórias e Direitos Humanos (IMDH). E-mail de contato: [analuizasoareszanetti@gmail.com](mailto:analuizasoareszanetti@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, filiado ao Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH) e bolsista de Iniciação Científica. E-mail de contato: [arthwill72@gmail.com](mailto:arthwill72@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, filiado ao Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH). E-mail de contato: [thome\\_figueira@hotmail.com](mailto:thome_figueira@hotmail.com)

UFSC (CMV-UFSC), o então Reitor indicou de imediato uma pessoa de sua confiança como interventor na UCE, e durante a 40ª sessão do Conselho Universitário (CUN) colocou para votação sua proposta de cassação de toda diretoria da FEUSC<sup>4</sup>. Na ocasião foi aprovada apenas a cassação do presidente da FEUSC, e a instauração de uma Comissão de Inquérito para apurar possíveis atos subversivos dos demais membros do diretório.

A Comissão Memória e Verdade da UFSC levantou uma vasta quantidade de fontes - depoimentos, ofícios, jornais, e fotos - para que os acontecimentos internos da Universidade no período da ditadura civil militar (1964-1985) fossem apurados e a história fosse contada de forma comprometida com a veracidade dos acontecimentos ocorridos dentro da Universidade. No entanto, no que se refere mais precisamente aos anos de federalização da Universidade, e à construção da Cidade Universitária no bairro Trindade, até o final do reitorado de João David Ferreira Lima, criou-se uma disputa de narrativas. Essa disputa se inicia em 1999, ano no qual o ex-reitor lançou um livro: *“UFSC: sonho e realidade”* onde conta a sua versão dos trabalhos realizados na Universidade, e continua até os dias atuais (2023), com a impugnação do relatório final da Comissão Memória e Verdade da UFSC (2018) pela família do ex-reitor<sup>5</sup>. Sendo necessário um novo grupo de trabalho que atualmente se dedica em averiguar a documentação do período, a fim de investigar e estabelecer uma política de acesso e divulgação dos documentos referentes ao período. Com isso, o presente artigo, fazendo um recorte temporal a partir da criação da UFSC até os dois primeiros anos de reitorado do Ferreira Lima na Universidade, buscando através de seu livro e dos apontamentos feitos pela CMV-UFSC, tem o objetivo de analisar como a administração da UFSC trabalhou durante o início da ditadura civil-militar.

PAG

### **Ditadura militar , civil-militar ou empresarial-militar?**

O golpe de 1964, que deu início a um regime ditatorial no Brasil, foi sustentado por diversos setores da sociedade brasileira, tendo sido realizado por militares e apoiado por civis conservadores de classe média e empresários. O que ambos tinham em comum não era um projeto de país com ideias homogêneas, mas um inimigo cujas definições eram elásticas e sem um consenso definido: o comunismo e seus atos subversivos. Entretanto, na historiografia

<sup>4</sup> Arquivo Central da UFSC. Livro de Atas do CUN, 23 de abril de 1964.

<sup>5</sup> PEREIRA, Moacir. UFSC: a “verdade” impugnada. ND+, 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/justica/ufsc-a-verdade-impugnada/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

dedicada a estudar o regime ditatorial no Brasil, existe o debate sobre a natureza do mesmo, se foi uma ditadura “civil-militar” ou “militar”. Parte da historiografia que utiliza o termo “civil-militar”, está pautada em argumentos de uma colaboração da sociedade brasileira com a ditadura, como por exemplo nas Marchas com Deus, pela Pátria e Família, realizadas antes e depois do golpe de Estado (Melo, 2014, p. 168).

A escolha pela utilização do termo “civil-militar” nesse trabalho, utiliza-se de uma leitura diferente do caráter civil no regime ditatorial. Segundo Dreifuss, em sua tese de doutorado em que utiliza o termo “civil-militar”, o mesmo apresenta esse elemento civil utilizando um recorte de classe:

Apesar de a administração pós-1964, ser rotulada de “militar” por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável. [...] Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários ou na melhor das hipóteses técnicos-empresários. (Dreifuss, 1981, p. 417)

A partir dessa abordagem, este artigo tem como objetivo analisar a criação da UFSC e sua administração no início da ditadura civil-militar, mais precisamente nos trabalhos conduzidos pelo primeiro reitor da Universidade, João David Ferreira Lima visto que:

[...] a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde sua fundação, esteve sob o controle de grupos que apoiaram o golpe e que implantaram mecanismos administrativos e políticos propícios à adaptação das universidades ao “desenvolvimento com segurança”. [...] o governo do Estado, o empresariado quanto as gestões universitárias foram bastiões de apoio ao golpe de 1964, à ditadura e ao modelo de universidade consolidado com a Contrarreforma Universitário de 1968 (Oliveira, 2018, p. 17).

Indicado como primeiro reitor da UFSC, João David Ferreira Lima utilizou de sua influência como empresário, sócio de Aderbal Ramos na empresa Transportes Aéreos Catarinense S. A., bem como sua aproximação política com Aderbal Ramos, também filiado ao PSD para conseguir a assinatura de Juscelino Kubitschek para a federalização da Universidade, e sua nomeação como primeiro reitor da Universidade<sup>6</sup>.

O primeiro reitor da UFSC, João David Ferreira Lima, foi publicamente um apoiador do regime ditatorial, estando na comissão de frente da “Marcha da Família, com Deus pela

---

<sup>6</sup> MAMIGONIAN, Armen. Entrevista concedida à Comissão Verdade e Memória UFSC. Florianópolis, 12 de outubro de 2016.

Liberdade” de Florianópolis, um ato público em comemoração ao golpe (Relatório UFSC, 2018, p. 60). O reitor também foi homenageado em 1965 com a Medalha de Mérito Tamandaré, sendo considerado o “Reitor amigo da Marinha”<sup>7</sup>.

O apoio do reitor ao regime, não se restringiu apenas a atos públicos, reverberando também em sua atuação na administração de Universidade:

O Golpe de 1964 proporcionou ao reitor dar vazão ao seu feitio personalista e autoritário e assim, num claro conluio civil-empresarial-militar (que atravessou a Universidade em construção, de modo a poder favorecer o atendimento de suas demandas), levar a efeito o gerenciamento dos primeiros tempos da Universidade Federal de Santa Catarina segundo as estritas diretrizes emanadas da ditadura, agora sem as indesejáveis peias do então insurgente debate democrático que, com seu escancarado jogo de forças, teimava em denunciar as atitudes arbitrárias do reitor, de modo a exigir que viessem à luz e fossem encaminhadas ao tirocínio do embate aberto e democrático. (Relatório UFSC, 2018, p. 46)

PAG

Desta forma, ao utilizarmos a nomenclatura ditadura civil-militar, nos referimos a classe empresarial em cargos públicos, sendo possível também o emprego do termo ditadura empresarial-militar, enfatizando a atuação de forma colaborativa entre empresários e militares durante a ditadura.

### **As disputas para a formação da Universidade**

A Universidade Federal de Santa Catarina foi um projeto que se concretizou diante de um extenso debate envolvendo intelectuais e grupos políticos do Estado, no qual diferentes propostas foram apresentadas. Existia o projeto do professor Henrique da Silva Fontes, filiado ao partido União Democrática Nacional (UDN), que vislumbrava uma Universidade Estadual, com uma Cidade Universitária, planejada para receber centros de ensino, pesquisa, habitação, recreação e administração, para discentes e docentes. Outro projeto, era o defendido por João David Ferreira Lima, filiado ao Partido Social Democrático (PSD) , que idealizava uma Universidade Federal localizada no Centro da cidade.

Esses grupos políticos representavam em boa medida a classe empresarial dominante no estado catarinense, os embates sobre a configuração da Universidade estavam subordinados aos interesses, necessidades e planejamentos das elites locais. Desta forma, a criação de uma

<sup>7</sup> Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ferreira Lima recebe medalha da Marinha. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/730>. acesso em 20 de novembro de 2023.

Universidade sendo ela estadual ou federal, estava associada aos interesses da expansão econômica desses setores (Oliveira, 2018, p. 127). A localização da Universidade representava também os interesses econômicos das elites locais e a especulação imobiliária. O centro da cidade possuía chácaras não ocupadas, e a instalação de um Centro Universitário contribuiria para valorização desses imóveis e terrenos. Já a construção do campus na Trindade, representava uma mudança na expansão imobiliária da cidade (Rodrigues, 2010, p. 23).

A discussão sobre uma Universidade Federal ou Estadual, chegou ao fim no dia 18 de dezembro de 1960, com a assinatura do então presidente da república Juscelino Kubitschek (PSD), aprovando o projeto proposto por Ferreira Lima. No livro “UFSC: sonho e realidade” (2000), escrito pelo primeiro reitor da Universidade, onde o mesmo busca contar sob sua ótica o processo que culminou na UFSC e os seus dez anos como reitor. Nessa versão, Ferreira Lima se apresenta como o visionário idealizador da Universidade, e sua versão é ratificada na apresentação escrita por seu amigo e colega de trabalho Aluizio Blasi:

Ao professor João David Ferreira Lima, deverá registrar a história, o reconhecimento e a gratidão do povo de Santa Catarina, principalmente a sua mocidade, porque, efetivamente, foi ele quem idealizou e liderou o movimento que culminou com a criação da Universidade Federal em nosso Estado. [...] Sob a liderança do Professor João David Ferreira Lima, comungam do ideal maior e, ativamente dele participavam, aplainando dificuldades criadas por outros que se opunham à criação da nossa Universidade Federal, os quais, felizmente, eram poucos (Blasi, 2000, p. 16).

É necessário examinar de forma crítica o relato do ex-reitor, cruzando com documentos e outros relatos da época. Segundo seu livro, a ideia da Universidade surge na Faculdade de Direito, no entanto o autor não entra de forma profunda nos acontecimentos, deixando elementos importantes de lado. A Faculdade de Direito foi idealizada e criada pelo professor José Arthur Boiteux, que tinha a colaboração de seu amigo e colega de trabalho, o professor Henrique da Silva Fontes<sup>8</sup>. A fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia, criada em 8 de setembro de 1951, foi também imprescindível para a criação da Universidade, visto que segundo decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, entre as exigências para a constituição de uma Universidade era necessária uma Faculdade de Filosofia. Ao que indica, Henrique Fontes estava atento à essa exigência, como relata em seu livro uma alocução feita na reunião inaugural da Faculdade no ano de 1951:

---

<sup>8</sup> MAMIGONIAN, Armen. Entrevista concedida à Comissão Verdade e Memória UFSC. Florianópolis, 12 de outubro de 2016.

Além disso, é tal Faculdade imprescindível para preparar o professorado dos cursos secundários e superiores. Sem ela, está incompleta a organização escolar catarinense. Sem ela, não se concretizará a almejada Universidade Federal de Santa Catarina (Fontes, 2016, p. 27).

Outra importante evidência do seu desejo de criar uma Universidade no estado de Santa Catarina, está em uma correspondência de Henrique Fontes em que ele expressa o desejo da construção de uma Cidade Universitária, no ano de 1950:

Eu, que sou interessado na matéria, vou, entretanto, pleitear redução nesses vencimentos, para termos saldos que permitam adquirir terreno para uma cidade universitária e para a construção e instalação de uma escola monumental, que faça de Florianópolis, no Brasil, o que é Coimbra em Portugal (Preuss, 1998, p. 170).

Após a criação da Faculdade de Filosofia, Henrique da Silva Fontes deu início aos trabalhos para criar a Universidade de Santa Catarina (USC) dentro de uma Cidade Universitária. No ano de 1953, a convite do governo do Estado, o professor Dr. Ernesto de Souza Campos<sup>9</sup>, que durante uma semana empreendeu estudos e visitas técnicas com o objetivo de indicar um local propício para receber a Cidade Universitária, apontando no final de sua estadia:

Descreveu os diversos terrenos que observara, mostrando-lhes os prós e os contras. Assim é que acho desaconselhável a área do Largo Treze de Maio e circunvizinhanças, apontada no Plano diretor da Cidade [...]. Como adequada, tanto pela situação como pela superfície, já pertencente ao Estado e que anda em mais de milhão e meio de metros quadrados, e pela facilidade de expansão, preconizou a área situada no Subdistrito da Trindade, que favorece a instalação de uma Cidade Universitária (Fontes 2016, p. 42).

Seguindo as recomendações feitas pelo professor, o então governador do Estado de Santa Catarina, assinou a lei nº 1170, de 26 de novembro de 1954, que disponibilizou os terrenos da Fazenda Assis Brasil, localizada no bairro Trindade para a construção do que viria a ser a UFSC. Entretanto, João David Ferreira Lima, conta a história de forma diferente:

Para tanto conseguiu que o governo do Estado lhe entregasse o terreno da então “Fazenda Assis Brasil”, na Trindade, onde pretendia construir o Campus. Planejou-o mesmo e colocou estacas em vários locais, indicando os pontos em que seriam construídas as unidades de ensino. Todavia, não pôde ou não se lembrou de providenciar a transferência do terreno para a Universidade Estadual, mediante a lavratura da competente escritura” (Lima, 2000, p. 59)

<sup>9</sup> Professor Dr. Ernesto de Souza Campos, engenheiro e médico, era na época, presidente da comissão da Cidade Universitária de São Paulo, foi Ministro da Educação e da Saúde no Governo Eurico Gaspar Dutra.

A transferência do terreno não aconteceu de imediato devido à um “esquecimento” de Henrique da Silva Fontes, mas sim porque a lei nº 1170, de 26 de novembro de 1954, reservava os terrenos para a construção da Universidade, no entanto não era possível a transferência da escritura para a mesma de imediato pois a Fundação Universidade de Santa Catarina foi instituída pela lei nº1.362, de 29 de outubro de 1955, sendo nesse momento as terras anteriormente reservadas, incorporadas no patrimônio da Fundação.

O plano para a Cidade Universitária foi aprovado pelo Decreto nº 56, de 9 de janeiro de 1957, o planejamento foi elaborado pelo arquiteto Hélio de Queiroz Duarte e o engenheiro Ernesto Roberto de Carvalho Mange, ambos indicados pela Universidade de São Paulo (Fontes, 2016, p. 52). Henrique da Silva Fontes foi nomeado como encarregado dos Estudos da Criação da Universidade de Santa Catarina<sup>10</sup>, prestando relatórios minuciosos sobre orçamentos, obtenção de verbas estaduais e federais, até seus últimos dias no cargo que exerceu de forma gratuita<sup>11</sup>.

O primeiro prédio da Cidade Universitária, inaugurado no dia 30 de janeiro de 1961, em uma solenidade com diversas autoridades políticas e militares (Fontes, 2016, p. 125). Na solenidade, durante seu discurso o então Governador do Estado, Heriberto Hülse, tratou de lembrar e saudar a figura de Henrique Fontes:

Já tive ensejo de afirmar, neste mesmo local, quando do lançamento da pedra fundamental do edifício que ora se inaugura e aqui repito com satisfação: a melhor e mais edificante lição que os jovens virão recolher nesta Cidade Universitária será a do jovem e pujante idealismo deste velho moço que é o Professor Henrique Fontes. (Fontes, 2016, p. 128)

Antes da inauguração do primeiro edifício da Cidade Universitária, a USC já havia sido federalizada<sup>12</sup>. Como citado anteriormente, no ano de 1961, no dia 9 de outubro, João David Ferreira Lima, foi nomeado primeiro reitor da USC, pelo então Presidente da República João Goulart. Após sua nomeação a disputa pelo local de implantação da Universidade, ganharia nova dimensão. Mesmo com o projeto pronto e sua construção em andamento, o ex-reitor da USC continuou seu projeto de manter a Universidade no centro da cidade. Na segunda sessão do Conselho Universitário (CUN)<sup>13</sup>, Ferreira Lima apresentou a necessidade de um local para a instalação física da reitoria, expondo um orçamento feito pelo próprio reitor <sup>14</sup>e aprovando a

<sup>10</sup> Arquivo Central da UFSC. Fundo Fundação Universidade de Santa Catarina, referência Decreto

<sup>11</sup> Arquivo Central da UFSC. Fundo Fundação Universidade de Santa Catarina, referência Prestação de contas

<sup>12</sup> Somente em 1963 a nomenclatura da Universidade é modificada para Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>13</sup> Arquivo Central da UFSC. Livro de Atas do CUN, 26 de janeiro de 1962.

<sup>14</sup> Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fundo CMV, In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 4, 2023, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2023.

compra da Chácara Molenda, localizada na Rua Bocaiúva no centro da cidade, no valor de Cr\$25.000.000,00<sup>15</sup>. Dessa forma, os primeiros recursos federais destinados a USC, foram gastos na aquisição do “Palácio da Reitoria”, mesmo sendo informado que inicialmente a reitoria poderia ser instalada no edifício da Faculdade de Filosofia, já inaugurado na Trindade (Relatório UFSC, 2018, p. 35).

Em continuidade ao seu projeto, Ferreira Lima defende em reunião do CUN a aquisição de terrenos vizinhos à reitoria para construção das Universidades ainda sem sedes, e a permanência das Faculdades já localizadas na Trindade<sup>16</sup>. O debate então extrapola as reuniões fechadas do CUN, com estudantes manifestando publicamente apoio ao projeto da Cidade Universitária. As principais entidades estudantis se juntaram para cobrar publicamente a construção da Cidade Universitária, com publicações no jornal oficial da FEUSC<sup>17</sup> e um manifesto lançado pela UCE intitulado “Porque e para que Cidade Universitária”<sup>18</sup>.

Por fim, após intensa cobrança pública, o ex-reitor João David Ferreira Lima tem seu projeto derrotado no CUN<sup>19</sup>, sendo aprovado a instalação da USC na Trindade. Entretanto, o nome Cidade Universitária deixa de ser usado passando a ser chamado de Conjunto Universitário, e um novo planejamento elaborado e coordenado pelo engenheiro David Ferreira Lima, filho de João David Ferreira Lima.

Mesmo com a aprovação da Construção da Cidade Universitária, o projeto foi levado pela administração da Universidade a curtos passos, gerando um incômodo nos estudantes e alguns professores, principalmente o diretor da Faculdade de Direito, Henrique Stodieck, que no ano de 1963 cobrou diversas vezes Ferreira Lima sobre a construção da Universidade na Trindade, bem como reclamou a aquisição do “Palácio da Reitoria”<sup>20</sup>. Os estudantes, representados pelo Centro Acadêmico de XI de Fevereiro e pela UCE, elaboraram um dossiê para o Conselho Federal de Educação, com 11 pontos, denunciando irregularidades na gestão do então reitor, e pedindo intervenção federal na USC<sup>21</sup>. Ferreira Lima, elaborou uma longa defesa,

---

referência Documento - Laudo de Avaliação - terreno Bocaiúva - 1962.

<sup>15</sup> Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fundo CMV, referência Foto - 1962-Pagamento aos proprietários do prédio da Rua Bocaiúva 60 pelo Reitor João David Ferreira Lima.

<sup>16</sup>Arquivo Central da UFSC. Livro de Atas do CUN, 27 de novembro de 1962.

<sup>17</sup>Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fundo Rogério Queiroz, referência Jornal FEUSC.

<sup>18</sup>Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fundo Rogério Queiroz, referência Manifesto UCE.

<sup>19</sup>Arquivo Central da UFSC. Livro de Atas do CUN, 27 de novembro de 1962.

<sup>20</sup> Arquivo Central da UFSC. Fundo Faculdade de Direito, referência Processo.

<sup>21</sup> Arquivo Central da UFSC. Fundo Faculdade de Direito, referência Documentos Diversos.

---

que segundo Sartoti (2017), foi escrita por ele mesmo, e enviada ao Conselho Federal da Educação. Ainda segundo Sartoti:

O processo voltou à pauta do Conselho Federal de Educação do MEC no início de 1964, tendo o relator opinando pelo arquivamento da denúncia estudantil, bem como do pedido de intervenção junto à universidade. O mérito da questão acabou sendo decidido pelo CFE apenas após o golpe de 1º de abril de 1964” (Sartoti, 2017, p. 67).

Após o golpe os embates entre o ex-reitor e os estudantes e professores, será evidenciado com os apoios de Ferreira Lima ao regime ditatorial. Segundo Rodrigues (2010), é somente após a reforma universitária que as faculdades passaram de fato a planejar sua mudança para a atual localização do campus na Trindade, recebendo todos os cursos somente na década de 70.



### A “caça às bruxas” chega na Universidade de Santa Catarina

Com o golpe instaurado, a sensação de medo e angústia se fazia presente na cidade de Cidade de Florianópolis<sup>22</sup>, e, principalmente dentro da Universidade, como podemos entender nesse trecho do Relatório da Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC):

A ditadura instaurada com a derrubada do governo Goulart, assim entendida historicamente, dificilmente será explicada em suas conexões históricas sem a expressão da violência de Estado como constitutiva da sociedade brasileira, como falta, muito além de um período de exceção, de um lamentável episódio político (Relatório UFSC, 2018, p. 18).

Nos primeiros dias após o golpe, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) e a FEUSC, de imediato, sofreram com a intervenção do aparato repressivo que se instaurava no período. Sua sede foi invadida no dia posterior ao golpe militar, e a kombi que era utilizada para alfabetizar os pescadores da Ilha de Santa Catarina com o método Paulo Freire, foi confiscada (Relatório UFSC, 2018, p. 248). Ambos presidentes das organizações, Rogério Queiroz (UCE) e Francisco Mastella (FEUSC), foram presos. Na UCE foi colocado um presidente interventor em seu lugar, indicado pelo Reitor junto com o comando do 5º Distrito Naval<sup>23</sup>. Segundo Vargas

---

<sup>22</sup> Um caso que evidencia o problema é o do incêndio da Livraria Anita Garibaldi, de posse do diretor executivo da Editora da UFSC, Salim Miguel, e ligada ao Partido Comunista. Ela foi invadida e incendiada pelo professor Nereu do Vale Pereira junto a estudantes de direita. Este episódio marcou o início da “caça às bruxas” que se seguiu, com uma “chuva de delações”, denúncias e perseguições (Vargas, 2016, p. 25).

<sup>23</sup> QUEIROZ, Rogério. Entrevista concedida à Comissão Verdade e Memória UFSC. Florianópolis, 7 de maio de 2015.

(2016, p. 45), Volney Millis, novo presidente da UCE, havia sido contratado para o quadro do gabinete da Reitoria e, segundo o Relatório da CMV-UFSC (2018, p. 48), era de estrita confiança de Ferreira Lima.

Durante a Sessão 40<sup>o</sup> do Conselho Universitário<sup>24</sup>, o tema de maior destaque foi sobre a possibilidade de cassação de mandato da Direção da FEUSC. O reitor manifestou sua vontade de que toda a diretoria fosse cassada e depois investigada, sendo, porém, após discussão e votação no Conselho, aprovado que apenas o presidente fosse cassado, com o vice assumindo seu lugar e o restante da Diretoria sendo investigada.

No dia 9 de abril de 1964, foi instituído o Ato Institucional 1 (AI-1), que suspendia, durante seis meses, as garantias constitucionais e legais:

Art. 7<sup>o</sup> - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. § 1<sup>o</sup> - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República [...]

Por meio das investigações poderia acontecer a demissão ou a cassação de cargos. Em meio a essa situação, foram colocados em prática os Inquéritos Policiais Militares (IPMs)<sup>25</sup>, que nesse momento serviam para a investigação de crimes militares e políticos. Na Universidade, a portaria n<sup>o</sup> 259, de autoria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) determinava a instauração de inquéritos administrativos nas Universidades. Em tom de sugestão, o Ministério comunicou aos reitores, por meio do Aviso n<sup>o</sup> 705, a necessidade da abertura de Comissões de Inquérito (Relatório UFSC, 2018, p. 333).

A partir das determinações do AI-1, as Comissões seriam abertas com o objetivo de identificar docentes, discentes e servidores, considerados subversivos à ordem política e social no meio universitário (Relatório UFSC, 2018, p. 59). No dia 02 de Maio, foi instaurada a Comissão de Inquérito na USC pelo reitor em exercício Luiz Osvaldo D'Acampora.<sup>26</sup>

No Relatório Geral da Comissão, foi explícita a participação de agentes militares, como o Contra-Almirante<sup>27</sup> do 5<sup>o</sup> Distrito Naval (5<sup>o</sup> DN) Murillo Vasco do Valle Silva, tanto no processo de investigação, quanto no apontamento dos membros dirigentes da Comissão de

<sup>24</sup> Arquivo Central da UFSC. Livro de Atas do CUN, 23 de Abril de 1964

<sup>25</sup> Inquérito Policial-Militar é um procedimento presente no código normativo das instituições militares.

<sup>26</sup> Acervo do Instituto Memória e Direitos Humanos. Fundo CMV, Dossiê Comissão de Inquérito Ato Institucional n<sup>o</sup> 1, Ofício n<sup>o</sup> 1.

<sup>27</sup> Na época, essa era a maior patente da Marinha em Santa Catarina.

Inquérito (Vargas, 2016, p. 30). Durante todo o processo da Comissão, militares transitavam pela Universidade, principalmente o prédio da reitoria, com o objetivo de trocar informações repassando listas com nomes de estudantes, professores e servidores, com sua ficha cadastral para a Secretaria de Estado de Negócios da Segurança Pública, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o 14º Batalhão de Caçadores e o 5º DN. Ao final do relatório, os membros da Comissão agradeceram a colaboração total dos agentes militares para as investigações<sup>28</sup>.

No início das reuniões descritas no Relatório Geral da Comissão de Inquérito Instaurada na USC, foi realizada uma discussão acerca dos artigos do AI-1 que seriam acionados, se seria uma investigação de apenas docentes e funcionários, ou que fossem incluídos também os estudantes da Universidade e suas organizações representativas. Nesse sentido, foram abertas investigações a respeito de professores, estudantes e funcionários da Reitoria. Para o melhor andamento das investigações, foram montados, em separado, processos nas distintas Unidades de Ensino com seus próprios regimes de trabalho<sup>29</sup>.

Com a abertura dos trabalhos, a Comissão encaminhou ofícios<sup>30</sup> para as diretorias de todas as Unidades de Ensino, solicitando informações a respeito de professores, servidores, discentes e organizações estudantis que se enquadrassem em práticas tidas como suspeitas. Todas as Unidades, encaminharam ao grupo de trabalho da Comissão relatórios com as informações solicitadas, com exceção da Faculdade de Direito, que se manteve em defesa de seus membros, não colaborando com os trabalhos da Comissão de Inquérito<sup>31</sup>. A Comissão, portanto, também buscou os militares e a Reitoria de modo a conseguir maiores informações. No caso da Reitoria, foi produzido um depoimento escrito pelo próprio Ferreira Lima, de 10 páginas, tratando de diretores, professores, estudantes e servidores<sup>32</sup>.

Com relação aos diretores, o depoimento escrito pelo Reitor, deu um foco quase exclusivo ao professor Henrique Stodieck<sup>33</sup>, que era conhecido adversário político do mesmo e opositor do regime instaurado em 1964, como já citado no subcapítulo anterior, tratando como “claro esquema de subversão da ordem” o seu apoio ao pedido de intervenção federal na USC

<sup>28</sup> Arquivo Central da UFSC. Relatório Geral da Comissão de Inquérito, p.12-13, 18 de junho de 1964.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>30</sup> Acervo do Instituto Memória e Direitos Humanos. Fundo CMV, Dossiê Comissão de Inquérito Ato Institucional nº 1, Ofícios nº5, 8, 9, 10, 11, 12, 13.

<sup>31</sup> Algumas Unidades de Ensino responderam negativamente e de forma evasiva, tendo a comissão solicitado diretamente à reitoria a cópia de todas as publicações estudantis. Arquivo Central da UFSC. Relatório Geral da Comissão de Inquérito, p. 7, 14 de junho de 1964.

<sup>32</sup> Arquivo Central da UFSC. Comissão de Inquérito, referência Ofício nº 863/64. 15 de Maio de 1964.

<sup>33</sup> Henrique Stodieck era diretor da Faculdade de Direito e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro.

realizado antes do golpe (Relatório UFSC, 2018). Assim como estava dada uma disputa política envolvendo PSD e UDN sobre a criação da Universidade e personificada em Ferreira Lima e Henrique Fontes, a relação cada vez mais tumultuosa entre o PSD e PTB, aparece nas contendas entre Henrique Stodieck e o Reitor pessedista (Sartoti, 2017, p.53) .

Segundo Sartoti (2017), Stodieck como protesto ao golpe, fechou a Faculdade de Direito por uma semana. Além disso, o professor buscou proteger os membros do Centro Acadêmico 11 de Fevereiro (CAXIF), da Faculdade de Direito, dando respostas negativas e evasivas quando inquirido na Comissão para relatar sobre sua faculdade.

Afirma o Diretor que na solenidade de colação de grau da turma de Bacharelados de 1963, ‘no discurso então promovido nada encontrei que poderia ser denominado subversivo’. Não é, absolutamente, verdadeira a afirmação. O discurso do acadêmico orador da turma foi de caráter subversivo, tanto que a Professora Cecília Colombia Moniz de Aragão, que tinha assento no Doutoral, retirou-se do recinto e, segundo fomos informados, por não concordar com os termos o discurso (Lima, 1964, p. 5).

A perseguição aos demais funcionários da USC pode ser verificada no Ofício nº 97/64<sup>34</sup>, no qual é questionado à Reitoria quais atitudes podem ser feitas em relação ao funcionário Paulo Manzoli Filho, que teria assinado a lista a favor da legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB). Também pode ser observada no processo nº 8 da Comissão de Inquérito Instaurada<sup>35</sup> contra Ernani Bayer, professor da Faculdade de Direito, que foi investigado pela Comissão por uma matéria publicada no jornal A Gazeta. Após sua visita a Cuba, a convite do governo cubano na ocasião da festa de 1º de Maio, em que ele elogiava a ilha. Também foi citada sua participação e assinatura no “Encontro Nacional em Solidariedade a Cuba pela Autodeterminação e Não-Intervenção”. O professor foi considerado “filocastrista” pela Comissão.

O servidor Carlos Alberto Silveira Lenzi também foi investigado por conta de matérias redigidas por ele no jornal “A Gazeta”, celebrando o discurso de João Goulart no Automóvel Clube do Brasil como “água na fervura do golpismo e do gorilismo pátrio”. O funcionário comentou favoravelmente a divisão entre oficiais e soldados nas Forças Armadas ocorrida no período anterior ao golpe de Estado. O relatório conclui, afinal, que sua posição deveria ser apurada por IPM, que poderia ter implicações na Lei Segurança Nacional, e que sua situação

<sup>34</sup> Acervo do Instituto Memória e Direitos Humanos. Fundo CMV. Dossiê Comissão de Inquérito Ato Institucional nº 1. 28 de Maio de 1964.

<sup>35</sup> Arquivo Central da UFSC. Comissão de Inquérito: Relatório e Conclusões, referência Processo nº 8/64. 15 de junho de 1964.

só pode ser alvo de qualquer medida após IPM. Uma cópia do documento foi enviada ao coronel comandante do 14º Batalhão de Caçadores, sob cuja autoridade estavam ocorrendo os IPMs em Florianópolis<sup>36</sup>.

Como parte deste mesmo esquema repressivo montado no interior na USC, foi instaurada uma segunda Comissão Especial de Inquérito para a investigação dos estudantes latino-americanos e a possibilidade de sua vinculação com ações consideradas subversivas<sup>37</sup>. Foi instalada em 04/06/1964 mediante à portaria 113/64<sup>38</sup>, que designou seu secretário responsável. Seus membros foram indicados diretamente pela Reitoria após troca de telegramas com o Ministério da Educação e Cultura. Durante seus nove dias de trabalho, a Comissão oficiou e encaminhou a relação dos estudantes latino-americanos matriculados para a Secretaria de Estado de Negócios da Segurança Pública e o DOPS, buscando seus antecedentes criminais. Também foram ouvidos os diretores das Unidades de Ensino, presidentes e ex-presidentes das chapas dos Diretórios e Centros Acadêmicos de antes e depois de 31 de março de 1964, bem como os próprios estudantes latino-americanos<sup>39</sup>.

De acordo com a documentação enviada pelo DOPS à Comissão, através do ofício nº 360/64<sup>40</sup>, os estudantes latinoamericanos não tinham antecedentes criminais conhecidos no Brasil que apontassem atividades subversivas. Os inquéritos realizados pela Comissão também apontavam no mesmo sentido<sup>41</sup>. Em geral, os estudantes eram considerados pelos brasileiros como estudantes dedicados e que não tinham condições de participar de ações políticas estudantis<sup>42</sup>. Colocava-se como empecilho não apenas a dificuldade com a língua portuguesa e de interação com os colegas brasileiros, como também mais econômicas. Pelo fato de não receberem suficiente apoio financeiro, esses estudantes frequentemente precisavam buscar trabalhos à parte da Universidade para se manter no país. Nesse sentido, também não tinham tempo para participar das movimentações políticas dos universitários. Tal narrativa foi corroborada pelos próprios estudantes latinoamericanos inquiridos que, para além dessas

---

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> Arquivo Central da UFSC. Comissão Especial de Inquérito para Apurar Responsabilidade de Caráter Subversivo dos Estudantes Latino-Americanos, referência Relatório. 13 de junho de 1964.

<sup>38</sup> Acervo do Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC. Comissão de Inquérito Fundo CMV, referência Portaria 0112/GR/64. 1 de Junho de 1964.

<sup>39</sup> Arquivo Central da UFSC. Comissão Especial de Inquérito para Apurar Responsabilidade de Caráter Subversivo dos Estudantes Latino-Americanos, referência Relatório 13 de junho de 1964.

<sup>40</sup> Arquivo Central da UFSC. Comissão Especial de Inquérito para Apurar Responsabilidade de Caráter Subversivo dos Estudantes Latino-Americanos, referência Ofício 360/64. 12 de junho de 1964.

<sup>41</sup> Arquivo Central da UFSC. Comissão Especial de Inquérito para Apurar Responsabilidade de Caráter Subversivo dos Estudantes Latino-Americanos, referência Relatório 13 de junho de 1964.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

questões, procuraram demonstrar desinteresse ou até aversão à política estudantil, talvez visando sua própria defesa<sup>43</sup>.

## CONCLUSÃO

As comissões de inquérito instauradas na Universidade, contribuem para demonstrar a profundidade e a integração do aparelho repressivo na relação entre civis e militares no meio universitário, com o objetivo de minar as organizações representativas da comunidade universitária, calar o contraditório e privá-las de sua influência política, de modo a enfraquecer a oposição ao regime.

A participação da Reitoria da USC, explicitada no apoio dado pelo reitor João David Ferreira Lima ao golpe de Estado fica evidente dada a sua participação ativa nas Comissões de Inquérito<sup>44</sup>, disponibilizando recursos da Universidade para seu funcionamento, e encaminhando seu depoimento e informações a respeito de investigados às quais possuía a Reitoria.

No que tange a história de criação da UFSC, é evidente uma tentativa de apagamento do reconhecimento de Henrique da Silva Fontes, como um dos principais idealizadores da Universidade e do *campus* Trindade. No ano de 2003, como forma de homenagem ao primeiro reitor da Universidade, o nome do campus foi mudado de “Campus Trindade” para “Campus Reitor João David Ferreira Lima”, reconhecendo o mesmo como idealizador e criador da UFSC. Desta forma torna-se necessário um debate aprofundado sobre a história de criação da UFSC, tanto do papel exercido pelo Reitor em sua oposição à construção da Cidade Universitária, quanto do seu apoio às medidas repressivas da ditadura civil-militar na UFSC. Portanto, é também fundamental a revisão dos espaços de memória referentes à história da Universidade, bem como a criação de locais próprios de memória, para que se possa reconhecer os acontecimentos que levaram a criação da Universidade e seus anos de funcionamento até os dias atuais.

Por fim, para melhor compreender a atuação do primeiro Reitor durante a ditadura civil-militar, é essencial aprofundar os estudos a respeito do tema. Abordando os anos seguintes ao golpe e os seus efeitos na cidade de Florianópolis e na UFSC.

---

<sup>43</sup> *Ibidem*.

<sup>44</sup> Segundo Motta (2014), algumas Universidades fizeram uma Comissão de Inquérito sem entregar resultados devido à resistência de seus Reitores.

## REFERÊNCIAS.

BLASI, Aluizio. UFSC: sonho e realidade. Prefácio. In: LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FONTES, Henrique da Silva. **Pensamentos, palavras e obras**. Organização de Armen Mamigonian e Marli Auras. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto de "desenvolvimento com segurança"**. 2018. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, [s. l.], 2018.

MAMIGONIAN, Armen. **Pensamentos, palavras e obras**. Prefácio In: FONTES, Henrique da Silva. **Pensamentos, palavras e obras**. Organização de Armen Mamigonian e Marli Auras. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural, Florianópolis, v. 27, p. 39-53, nov. 2012..

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. RJ: Zahar Editores, 2014.

SARTOTI, Rodrigo Alessandro. **Juristas e ditadura: uma história política da Faculdade de Direito da UFSC durante a ditadura militar (1964-1968)**, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2017.

PREUSS, Maria Aguiar Souza. **A correspondência epistolar de Henrique da Silva Fontes**. 1998. 384 p. Dissertação de mestrado — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

**Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da UFSC**. Florianópolis: Acervo Memória e Direitos Humanos da UFSC, 2018.

VARGAS, Mateus Bandeira. **Dossiê UFSC: As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina**. Monografia de Conclusão de Curso, UFSC, 2016.

\* \* \* \* \*